



**PARECER JURÍDICO 2018 - PMSL**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº - 025/2018 –SRP**

**MODALIDADE:** PREGÃO PRESENCIAL

**OBJETO** – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos aparelhos de ar-condicionado dos tipos janela e air-split system, geladeiras, freezers e bebedouros, com fornecimento de peça e insumos.

**INTERESSADO** – PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA DO PARÁ E SECRETARIAS.

**ASSUNTO** - PARECER CONCLUSIVO

---

Concluída a Sessão do Pregão Presencial, o procedimento licitatório foi encaminhado a esta assessoria jurídica para emissão de parecer jurídico conclusivo.

Antes, porém, é necessário frisar que, em momento anterior, esta assessoria jurídica, em atendimento ao parágrafo único do Artigo 38 da Lei nº 8.666/93, examinou e aprovou as minutas de Edital e Contrato, bem como considerou regular o procedimento administrativo até aquela ocasião, nos exatos termos do parecer prévio.

**OBJETO DE ANÁLISE**

Cumpra aclarar que a análise neste parecer se restringe a verificação dos requisitos formais para deflagração do processo administrativo licitatório bem como da apreciação da minuta de edital e seus anexos. Destaca-se que a análise será restrita aos pontos jurídicos, estando excluídos quaisquer aspectos técnicos, econômicos e/ou discricionários.



## **PARECER**

O artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal determina que as obras, serviços, compras e alienações da Administração Pública serão precedidas de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, ressalvados os casos especificados na legislação.

A licitação configura procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa, caracterizando-se como ato administrativo formal, praticado pelo Gestor Público, devendo ser processado em estrita conformidade com os princípios estabelecidos na Constituição Federal na legislação infraconstitucional.

No que se refere a modalidade licitatória ora em análise, vale aclarar que a Lei 10.520/2002 dispõe que pregão é a modalidade de licitação destinada à aquisição de bens e serviços comuns, sendo estes considerados, para os fins e efeitos desta Lei, como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais (art. 1º, parágrafo único).

Verificando que o edital seguiu todas as cautelas recomendadas pela Lei 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93, como:

- I – Definição do objeto de forma clara e sucinta;
- II – Local a ser retirado o edital;
- III – Local, data e horário para abertura da sessão;
- IV – Condições para participação;
- V – Critérios para julgamento;
- VI – Condições de pagamento;
- VII – Prazo e condições para assinatura do contrato;
- VIII – Sanções para o caso de inadimplemento; IX – Especificações e peculiaridades da licitação.



Considerando que até então o procedimento não apresenta irregularidades que possam macular o certame e que a minuta do edital segue os preceitos legais que regem a matéria, opino pelo prosseguimento do processo licitatório em seus ulteriores atos.

Após a manifestação supratranscrita, a comissão de licitação deu início à fase externa do certame (Art. 4º incisos I a IV da Lei nº 10.520/02) e providenciou a publicação do Edital, convocando os interessados a apresentarem suas propostas. Saliente-se que entre a publicação e a abertura das propostas fora observado o prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis (Art. 4º, V da Lei nº 10.520/02).

Em tempo o Edital do Pregão Presencial vem detalhando o Objeto, o Prazo de entrega, a fase de Proposta, Habilitação, julgamento e análise dos documentos, Julgamento do Recurso, Documento aplicável, Obrigações da Contratada, e Disposições Gerais, ou seja, dentro da previsão da Lei do Pregão - Lei nº 10.520/02, bem como, amparada pela Lei 8.666, também houve a publicação em local público no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Itaituba, para garantir a publicidade dos atos.

No dia 21 de Setembro de 2018 às 10:00h, hora designado para a Seleção de proposta mais vantajosa, constatou-se a presença das empresas F R DE LIMA E LIMA COMERCIO E SERVICOS EIRELLI; SOFTCOMP – COMERCIO E SERVICOS INFORMATICA LTDA e A J S REFRIGERAÇÃO, devidamente credenciadas. Os representantes das empresas entregaram as propostas em envelope lacrado para ser aberto e conferido segundo as exigências do Edital.

Verificou-se que a empresa F R DE LIMA E LIMA COMERCIO E SERVICOS EIRELLI e A J S REFRIGERAÇÃO, apresentaram os documentos de proposta de preços de acordo com edital. A empresa SFTCOMP COMERCIO E SERVICOS INFORMATICA LTDA foi desclassificada, pois não apresentou a declaração de enquadramento da empresa, conforme exigido no anexo VI do edital.



A comissão passou para a fase de Habilitação, onde a empresa A J S REFRIGERAÇÃO foi inabilitada por conta do não cumprimento da exigência editalícia.

A empresa F R DE LIMA E LIMA COMERCIO E SERVICOS EIRELLI, encontrou-se com todos os documentos de acordo com o edital, sendo assim devidamente habilitada.

A empresa A J S REFRIGERAÇÃO se manifestou-se intenção de apresentar Recurso.

A sessão fora resignada para o dia 01 de outubro de 2018 às 09:00hs, por motivos de saúde. Tendo comparecido apenas 02 dos 03 participantes, após lances sucessivos, foi definido o menor preço unitário. Não houve impetração de recursos no presente certame e o pregoeiro adjudicou os itens.

Razão que neste momento o Assessor Jurídico emite o seu Parecer Favorável em todos os atos do Processo de Licitação até o momento praticado já que foram observados todos os procedimentos para assegurar a regularidade e a legalidade de todos os atos praticados pela Comissão no procedimento, bem como, encaminha ao Gestor para que realize Homologação, preenchendo assim os requisitos do art. 38 e incisos e do art. 43 e incisos, ambos da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Após tais argumentos, e tendo em vista o estrito cumprimento das Leis nº 10.520 e 8.666/93, observados todos os procedimentos para assegurar a regularidade e a legalidade de todos os atos praticados pela Comissão no procedimento, é nosso Parecer no sentido de que deva se dar prosseguimento ao processo, homologando-o e efetivando a contratação do licitante vencedor.

É o parecer, sub censura.

Santa Luzia do Pará, 09 de outubro de 2018.

---

**Felipe de Lima R Gomes**  
**Assessoria Jurídica**  
**OAB/PA 21.472**